



Projecto

“GENTE ACOLHEDORA”

BOLETIM INFORMATIVO Nº 5 | SETEMBRO — OUTUBRO 2006

PARCEIROS

- **União de Sindicatos do Norte Alentejano**
- **Associação Gente - desenvolvimento de comunidades rurais**
- **Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco**
- **Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide**
- **Câmara Municipal de Nisa**
- **Câmara Municipal de Alter do Chão**

Encontro Transnacional - Eslováquia

Decorreu nos dias 10, 11 e 12 de Julho o 2º Encontro Transnacional em Bratislava - Eslováquia.

Para além dos grupos de trabalho temáticos que iniciaram os trabalhos em Janeiro deste ano, destacam-se nesta sessão de trabalho internacional a apresentação de boas práticas eslovacas no que concerne ao combate às discriminações raciais e étnicas no acesso ao mercado de trabalho.

A Parceria Transnacional (recorde-se composta por delegações nacionais de França, Espanha, Portugal e

Eslováquia) pôde assistir à apresentação de um modelo de informação/mobilização da sociedade civil, através da utilização dos media. O projecto EQUAL eslovaco em colaboração com a revista SLOVENKA- a revista social com maior tiragem na Eslováquia- apresenta histórias de sucesso de pessoas desfavorecidas que conseguiram vencer no mercado de trabalho eslovaco.

São ainda de destacar a apresentação do modelo nacional aplicado desde 1998 até 2002 de mobilização nacional da comunidade escolar: Os jogos

Olimpícos dos Direitos Humanos - em que se celebraram jogos didácticos desde ao nível local até ao nível de competição nacional e transnacional em competição com a República Checa em 2002.

Por último, destaca-se a mobilização dos media no combate à discriminação da população imigrante, através de um programa eslovaco da cadeia de televisão do Estado eslovaco similar ao programa Nós- emitido na RTP2 aos sábados de manhã

NESTA EDIÇÃO:

| | |
|---|---|
| Encontro Transnacional - Eslováquia | 1 |
| Nomes próprios: Imigrantes trazem | 1 |
| Historias de Vida | 2 |
| Historias de Vida (cont.) | 3 |
| Estudo sobre integração das crianças imigrantes nas escolas europeias | 4 |

Nomes próprios: Imigrantes trazem mais variedade

Os imigrantes estão a revolucionar a legislação portuguesa, que não admite grande criatividade na escolha do nome dos próprios filhos.

"Átila", "Gildásio" e "Miqueias" são alguns dos novos nomes permitidos pela primeira vez este ano. Até ao dia 15 de Julho deste ano, a Direcção-Geral dos Registos e Notariado autorizou 18 novos nomes. A lista começa com "Adiel" e termina com "Umbelina". Pelo meio, surge uma "Lira" e um "Evangelino".

Para o antropólogo do Instituto de Ciências Sociais (ICS), João Pina Cabral, a revolução no conservador mundo onomástico português deve-se essencialmente aos imigrantes que nos últimos anos escolheram Portugal para viver. Segundo referiu o professor, responsável pelo Simpósio Internacional sobre Nomes, com início a 27 de Setembro no ICS, em Lisboa a lei portuguesa, bastante limitativa, foi defendida pelas camadas sociais mais altas segundo a noção de que as pessoas deveriam ser protegidas. As regras

de nomeação onomástica surgiram na década de 30 do século passado, no início do período Salazarista e da implementação das leis do Registo Civil, fazendo com que os nomes portugueses se repetissem até à exaustão.

Pina Cabral vê com bons olhos o caminho que nos últimos anos foi sendo desbravado pelos imigrantes, defendendo que as pessoas devem ter liberdade para pôr aos seus filhos o nome que querem e que a lei não tem o direito de o impedir.

Histórias de Vida

MARIA CHIS

– De MAL na Roménia para AVIS em Portugal

São as mais diversas, as razões que levam uma pessoa a deixar o seu país e rumar à procura de um mundo desconhecido. O único ponto comum é o de que se faz sempre para melhorar as condições de vida, sendo que nem sempre poderão ter a ver com situações económicas. Maria Chis deixou a sua Roménia por razões de ordem familiar de que não pretende falar. Os pais são a maior razão das saudades que tem da sua terra. É por eles que, de dois em dois anos lá volta para passar uns dias. Mas regressa a Portugal e regressará sempre, pois que para viver terá que ser em Portugal.

Mas comecemos pelo princípio. Decorria o ano de 2001 e Maria resolveu abandonar o seu país pelas razões atrás expostas. Decidiu-se por rumar a Israel. Consta-



va-se que lá se ganhava muito bem e para se sustentar a si e aos dois filhos era preciso um pouco mais do que se ganhava na Roménia onde, à altura, um mês de salário correspondia a cem euros. Contactou uma agência que a levaria até Israel e para tanto fez exames médicos em Bucareste.

- Sabe? Esses exames foram muito caros e eram necessários para poder ir para Israel. A Agência pediu-me metade do valor da viagem antes de embarcar, depois descobri que a mesma não era de confiança e acabei por desistir – diz-nos Maria com um misto de arrependimen-

to pelo dinheiro gasto inutilmente e um pouco de alegria por ver hoje que Portugal acabou por ser uma escolha melhor.

- E como surgiu a hipótese de Portugal?

- Eu tenho um tio que já estava a trabalhar em Portugal, na zona de Sousel. Então resolvi vir ter com ele. Parti da Roménia numa carrinha de nove lugares, com a roupa que trazia vestida e um cobertor para me proteger do frio. Vim eu mais duas pessoas que ficaram noutros lados. Quando cheguei a Sousel deixaram-me sozinha no meio da rua, junto da casa onde morava o meu tio, e a chover.

Histórias de Vida (cont.)

O meu tio e os amigos dele andavam na azeitona e não estavam em casa. Só voltaram à noitinha. Depois fiz de tudo um pouco: apanhei azeitona, trabalhei na vinha, plantei sobreiros. A dona da casa onde estava a morar disse-me que havia no Cano uma senhora que precisava de uma empregada doméstica. E lá fui eu. Estive a trabalhar ali só três meses porque entretanto a minha patroa morreu. Voltei aos trabalhos do campo até que, uma tia do meu actual patrão me contactou a perguntar se eu queria ir trabalhar para Avis, para tomar conta de uma pessoa doente. Vim e já cá estou há três anos e gosto muito de aqui estar.

- Quais foram as principais dificuldades que teve quando chegou a Portugal?

- A principal foi a língua. Como é fácil perceber não sabia uma palavra de Português. Depois a legalização. Tive que me deslocar por duas vezes ao Consulado de Portugal em Sevilha para que a papelada

ficasse toda em dia. Hoje tenho tudo legalizado e estou inscrita na Segurança Social. Mas foi muito difícil ultrapassar isso tudo. Foi muito trabalho e muitas arrelias.

- Os filhos ficaram lá na Roménia...

- Ficaram. Ficaram com os meus pais que têm uma exploração agrícola como quase todos os cerca de 600 casais que constituem a minha aldeia, que apesar de se chamar Mal é uma aldeia boa e bonita. Mas não descansei enquanto não os trouxe para junto de mim. O ano passado consegui que eles viessem para Portugal. O Alex tem 15 anos e a Dora tem 12. Frequentam ambos a Escola Básica de Avis onde são bons alunos. Estou muito feliz por viver com eles e podermos estar sempre juntos.

- Põe a hipótese de alguma vez regressar à sua terra natal?

- Para me fixar definitivamente não. Agora o meu país é Portugal que

tão bem me acolheu. É aqui que quero trabalhar e educar os meus filhos. Não tenho medo de trabalhar em qualquer serviço e se um dia, por imperativos da vida tiver que voltar a trabalhar no campo não hesitarei em o fazer. Sabe uma coisa? Os Invernos na Roménia são muito rigorosos. O frio é muito e quase que não se pode lá trabalhar. Então tenho um irmão que aproveita o Inverno para vir para Portugal fazer a campanha da azeitona. Já cá está outra vez este ano. Anda em Sousel.

Após ouvirmos estas palavras de reconhecimento pelo modo como esta imigrante foi recebida, sentimos o nosso “orgulho português” subir um pouco.

Afinal ainda – e também – há gente boa por este Portugal...

Fernando Máximo

Estudo sobre integração das crianças imigrantes nas escolas europeias: três por cento dos alunos são de origem estrangeira

Em Portugal, cerca de 90 mil dos alunos do pré-escolar e ensino básico de 1º, 2º e 3º ciclo, são de origem estrangeira ou filhos de emigrantes portugueses. Ao todo, representam cerca de três por cento da população estudantil até aos 15 anos de idade, que frequentam a escola. Uma percentagem pouco significativa se tivermos em conta a de outros países como a Bélgica, Alemanha, França, Suécia, Letónia, Reino Unido e o Liechtenstein, com mais de dez por cento de alunos de origem imigrante.

Na maior parte dos países - 30 foram os estudados - menos de seis por cento dos alunos são de origem estrangeira. Os números são do mais recente estudo da Rede Eurydice, da Comissão Europeia, sobre a integração das crianças imigrantes nas escolas europeias.

Segundo o relatório, na maioria dos estados, a população estrangeira varia entre os 2,5 e os nove por cento. Nos países que mais recentemente aderiram à União Europeia (UE), os imigrantes são ainda menos que os 2,5 por cento referenciados. Contudo são mais de um quinto da população na Estónia, Letónia, Luxemburgo e Liechtenstein.

A maior parte dos estrangeiros que chegam a Portugal, França e Itália são de origem africana, enquanto que os que optam por Espanha são sul-americanos. Bélgica, Irlanda e Luxemburgo recebem cidadãos oriundos de outros países da UE. A lei europeia prevê que todos os menores tenham acesso ao ensino. Portugal não é excepção e, tal como outros países, permite que as crianças, mesmo em situação ilegal, frequentem e sejam obrigadas a ir à escola.

Mas nem todos são assim: Dinamarca, Lituânia, Polónia, Suécia e Islândia exigem uma prova de residência para os meninos serem admitidas no sistema de ensino. Alguns dos países nórdicos não consideram a escola obrigatória para os estudantes estrangeiros.

Em Portugal, as escolas públicas, desde que tenham vagas, são obrigadas a aceitar qualquer criança em idade escolar. Estes alunos devem ser submetidos a um diagnóstico, para estabelecer um plano individual de apoio, de maneira a facilitar a integração. Os educadores de infância e os professores de 1º ciclo devem promover a aprendizagem da língua e ter "particular atenção" à

integração e troca de conhecimentos, num respeito pela cultura do aluno, aponta o r e l a t ó r i o .

O português pode ser leccionado como segunda língua e já há escolas superiores de Educação e universidades a oferecer pós-graduações nesta área, preparando os profissionais para dar aulas não só aos filhos como aos pais. Existem ainda algumas organizações não governamentais que se dedicam também ao ensino do Português a estrangeiros.

O relatório aponta que a maneira mais fácil de integrar os estudantes é através da educação intercultural, ou seja, estabelecer um diálogo entre a cultura do aluno e a do país de acolhimento. A interculturalidade pode traduzir-se em mais uma disciplina que se debruça sobre a educação para a cidadania, sociologia, política ou moral; mas também pode ser uma ideia que atravessa todo o currículo do aluno e da turma em que está integrado. Por cá, procura-se promover a educação intercultural de maneira transversal, por exemplo, incluindo alguns temas nos programas, mas também introduzindo-o na vida da escola.

Projecto co-financiado por:

